Ata da Décima Assembléia Geral Ordinária da gestão de 2010/2012
Data: 22/07/2011 – **Início:** 9:30 hrs.
Local: Casa de Participação Comunitária – Seção de Apoio aos Conselhos - Avenida Rei Alberto I, nº 117, Ponta da Praia, Santos.

1 – PARTICIPANTES:

Verificação da presença dos Conselheiros e Convidados através da leitura da lista de presença, anexa. Justificativas de ausências apresentadas: Ana Lúcia de Rezende Santana (SECULT), Tânia Mara Carneiro Freire (OAB), Maria Cristina Dias Oliveira (CMDCA); Roserene dos Santos Teles (SMS); Angelina Maia Ribeiro (GPM); Marcia Regina Ramos Santos (SETUR); Rosa Gil Marçal (CMAS)

2 – ORDEM DO DIA:

2.1 – Apreciação e Deliberação das Atas das Assembléias Gerais Ordinárias anteriores;
2.2 – Apreciação dos atendimentos prestados pelas Comunidades Terapêuticas conveniadas com a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Saúde;
2.3 – Informações sobre a Blitz Beber x Dirigir e providências que estão sendo realizadas acerca do Boulevard Aparecida, apresentadas pelo representante do 6º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 6º BPMI;
2.4 – Apresentação dos Conselhos de Escola, pelo representante da Secretaria Municipal de Educação;
2.5 – Assuntos Gerais.

O Sr. Presidente Eustázio Alves Pereira Filho, iniciou a reunião, cumprimentando e agradecendo o comparecimento de todos os presentes e solicitando que assinem a lista de presença. Fez constar a presença do Sr. Fernando Pires, representante da UNIAD - Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas. **Item 2.1** – Concedido 10 minutos para a leitura. Aberta a oportunidade para a realização de correções e adendos na Ata da **8ª A. G. O.**, foi solicitada pela Colaboradora Luci Freitas os seguintes adendos: 1) na página 2, após as falas do Conselheiro João Inocêncio e do Presidente Eustázio, nas linhas 2 a 5, ela acrescentou que a informações sobre a "X Semana Municipal sobre Drogas" deveriam ter sido disponibilizadas no site do "Portal dos Conselhos"; 2) na página 3, linha 3, após ser citada a Conselheira Maria Cristina Dias de Oliviera, deveria constar que a mesma representa o CMDCA. **DECIDIDO E APROVADO: A ata da 8ª A. G. O. está aprovada com os devidos adendos constando nesta ATA**. Concedido mais 10 minutos para a leitura. Aberta a oportunidade para a realização de correções e adendos na Ata da **9ª A. G. O.**, foi solicitada pela Colaboradora Luci Freitas o seguinte adendo: 1) que após a apresentação da reportagem da Rede Record, ela indagou à repórter, Sra. Luciana Julião, se os moradores de rua e principalmente a moça que foi entrevistada, inclusive sua conhecida, não estavam sofrendo danos aos seus direitos de imagem, destacando que naquele momento estavam presentes na Assembléia/Solenidade de Encerramento, quinze moradores de rua da Associação Prato de Sopa; que, além disso, manifestou sua indignação com esse desrespeito e que as televisões, por serem uma concessão, deveriam realizar campanhas contra as drogas lícitas e ilícitas e com orientações sobre cidadania. O Conselheiro e Primeiro Secretário Anderson Ribeiro Agostinho, solicitou o seguinte adendo: 1) após as observações da Colaboradora Luci, sobre os direitos de imagem, a repórter explicou que trouxe para apresentação um CD contendo a séria de reportagens que foram ao ar durante uma semana, entretanto conforme tratado com o Presidente Eustázio, em virtude do longo tempo que essa apresentação levaria, ela apresentou apenas duas reportagens que julgou as mais interessantes e estas estavam naquele CD apenas de forma não editada, antes da inserção de tarjas nos rostos das pessoas filmadas e sem créditos aos profissionais entrevistados, entre eles o Presidente Eustázio. Quanto à moradora de rua entrevistada ela deu autorização para divulgação de seu rosto e suas declarações. **DECIDIDO E APROVADO: A ata da 9ª A. G. O. está aprovada com os devidos adendos constando nesta ATA**. A Colaboradora Luci pediu a palavra para registrar que a forma de numeração das Atas anteriores está errada, pois ela inicia-se do um, a cada página e o correto é a numeração ser forma continua da primeira linha da primeira página até a última linha da última página. O Primeiro Secretário, Conselheiro Anderson, esclareceu que a forma de numeração inserida nas Atas citadas foi a única

que conseguiu encontrar em seu editor de texto, o "Microsoft Word" e que pedirá auxilio das funcionárias da Casa de Participação Comunitária para verificar qual a maneira de transformar a numeração para a forma que a Sra. Luci julga correta, caso nenhum outro Conselheiro se oponha, o que levaria o assunto para deliberação. Nenhum dos presentes manifestou-se e, portanto será verificada a forma de transformar a numeração das linhas das futuras atas. Antes de passar ao próximo item de pauta, por ser pertinente ao primeiro adendo da Ata da 8ª A. G. O., pediu a palavra o Conselheiro Wellington Paulo da Silva Araújo para esclarecer que o Portal dos Conselhos e atualizado pelo funcionário Renan, que atende a todas as solicitações quando a inserção da informação é pertinente ao tema do "Portal". **Item 2.4** – o Sr. Presidente esclarece que este item de pauta foi adiantado por solicitação do Prof. Daniel Gomes, representante da SEDUC, ao qual foi dada a palavra. O Prof. Daniel cumprimentou a todos e iniciou sua fala transmitindo as saudações da Secretária Municipal de Educação, Prof. Suely Maia. Disse que fará alguns esclarecimentos a respeito dos Conselhos de Escola, mais precisamente do GAFCE – Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos de Escola; que em 1990, através da Lei Municipal 670/90, foram instituídos os Conselhos de Escola, determinando uma gestão democrática das mesmas; que nos anos 90, logo após a Constituição de 88, houve um crescimento no surgimento e organização dos conselhos municipais, entretanto nos anos 2000, houve um declínio da participação das pessoas nestes conselhos o que gerou um grupo formado a partir de 2005, com o intuito de criar formas para resgatar essa participação então perdida. No início esse grupo não obteve sucesso, mas posteriormente começou-se a articular dentro da SEDUC, com a anuência da Secretária, para que um representante de cada departamento que gostasse da temática da gestão democrática, com disponibilidade de ao menos duas horas, uma vez por mês, fosse incentivado a vir de encontro a esse grupo. Isso começou internamente, mas visava incentivar a participação no Conselho de Escola, que funcionava, mas não a contento. Em 2009, houve um convite para participarem do 1º Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos de Escolas, organizado pelo Ministério da Educação e lá puderam constatar que os problemas enfrentados aqui em Santos estavam presentes em todo o país; que a partir deste encontro, retornando de Brasília, foi chamado o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Conselho da Juventude que naquela época ainda era uma Comissão, a Associação de Pais e Amigos das Escolas Públicas, o Fórum da Cidadania, e muitas outras entidades representativas da sociedade para discutir a questão dos Conselhos de Escola de maneira mais ampla e foi organizado o que hoje é chamado de GAFCE. Esse grupo articulo importantes modificações na legislação como a inserção das creches na competência SEDUC e não mais da SEAS, o incentivo da participação dos pais nos escolas através da elaboração de um calendário com outras informações além das educacionais, como os dias de vacinação, os dias de reuniões, a Escola Total, etc e criaram uma cartilha de autoria do Ziraldo, distribuída para mais de quarenta mil pais, com uma abordagem especial, contendo informações de como esses pais poderiam participar e colaborar com a vida de seus filhos nas escolas. Todos esses esforços culminaram com a oficialização deste grupo articulador, através de Decreto do Prefeito Municipal, no dia 02/03/11. Em 28/03, esse grupo foi surpreendido com uma pesquisa do IPEA, apontando que 71% dos entrevistados não conheciam os Conselhos de Escolas, um verdadeiro "balde de água fria", pois já estavam planejando a formação de conselheiros e então começaram um trabalho, inclusive com reunião marcada para o próximo dia 05/08, visando elaborar um projeto para solucionar esta problemática, disseminando o trabalho dos Conselhos de Escola. Finalizou destacando que hoje existem 81 Conselhos de Escola, agradecendo a oportunidade de expor essas informações no COMAD e reafirmando a idéia de tê-lo como parceiro. A Colaboradora Luci pediu a palavra para registrar que o Plano Nacional de Educação já apresenta problemas e que existe uma integração entre os estados e os municípios, entretanto isso não ocorre em nível nacional; que é comum ouvir os adolescentes criticarem que "falam de nós, sem nós" e que gostaria de ver um maior empenho na divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Prof. Daniel retomou a palavra informar que existe um trabalho feito com os grêmios estudantis, que foram levadas mais de mil e quinhentas crianças para participarem das pré-conferências do CMDCA e mais de cento e cinquenta para participarem efetivamente da Conferência Municipal. A Conselheira, Prof. Vilma, pediu a palavra

para destacar que uma das preocupações do Conexão Cidadã é esclarecer as diretoras das escolas de que os Conselhos de Escola e a participação dos pais são muito importantes para solucionar os problemas que vem sendo constatados em quase todas as unidades. O Sr. Presidente retomou a palavra para registra que o Conexão Cidadã começou na Escola Cidade de Santos, com a informação de que os pais que iriam aderir ao projeto eram exatamente aqueles os quais os filhos não apresentavam problemas e a idéia foi começar com aqueles que não precisavam e em três meses 70% dos pais, em horários diferentes, estavam sendo atingidos. Retomado a ordem do dia foi dada a palavra ao Primeiro Secretário para apresentar o expediente da executiva, item que por equivoco não constou na ordem do dia, apresentada no Edital de Convocação, que informou o seguinete: 1) envio do ofício n° 24/11, encaminhado ao Prefeito Municipal, solicitando informações sobre os progressos na instalação do SENAT II, na Zona Noroeste e 2) solicitação da Conselheira Maria Cristina Dias de Oliviera, representando o CMDCA, para que seja analisada a reiteração do ofício n° 13/11, elaborado em conjunto com aquele Conselho, encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, solicitando as estatísticas de atendimentos de algumas unidades pertencentes à sua Secretaria. A Colaboradora Luci pediu para que seja incluído no Portal dos Conselhos, o “passo-a-passo” de como encaminhar alguém que deseja ajuda e necessita de um local para internação. O Conselheiro Wellington pediu a palavra para registra que está não é a função do “Portal” e sim para registra documentos, deliberações e notícias dos Conselhos. Ainda referente ao expediente da executiva, o Sr. Presidente retomou a palavra da informar o seguinte: 1) foi elaborado um “clipping” sobre a “ X Semana Municipal sobre Drogas”, que está sendo distribuído a todos os presentes; 2) esta sendo articulado com a Coordenadoria Estadual a organização de um seminário regional sobre drogas; 3) serão retomadas as palestras do COMAD, junto ao “Conexão Cidadã”, com início na Escola Leonardo Nunes, inclusive com a aproximação do projeto “Cuide-se Bem”; 4) solicita o envio de um Ofício à SMS, enaltecendo a dedicação da sua representante neste Conselho, a Conselheira Roserene, não só pelos seus esforços nas atividades do “Dia Mundial de Tabaco”, como pela seu empenho nas causas deste Conselho e 5) é necessário que seja novamente discutido junto com o CMAS a situação do casa “Centro Evangélico de Apoio à Vida – CEAVI”. **Item 2.2 –** foi dada a palavra a Coordenadora de Saúde Mental (COSMental) e Psicóloga, Sra. Dorian Rosa, destacando-se que sua presença poderá ser aproveitada para apresentar a situação do projeto “Ruas da Cidadania”. A Sra. Dorian iniciou sua fala apresentando-se e cumprimentando a todos, informou que foi nomeada Coordenadora da Saúde Mental no último 01/07, à vinte e dois dias; que a questão da saúde mental sempre foi um grande desafio; que a Coordenadoria trabalha com quatorze unidades, além dos planos para o SENAT II, do projeto “Consultórios de Rua/Ruas da Cidadania", das comunidades terapêuticas e outras instituições, pois é necessária a criação de políticas para trabalhar com pessoas todas as idades, inclusive menos de um ano; que atualmente está acontecendo a judicialização da saúde onde se faz necessária uma maior aproximação do Judiciário e que de forma resumida este é o cenário da saúde mental. Ressaltou hoje vem a este Conselho em virtude da necessidade de aprovação do convênio com a Comunidade Terapêutica Vitória, da cidade de Mairiporã, que vence no próximo mês, setembro, pois nos termos de convênios celebrados com as comunidades terapêuticas, está determinada que deve haver uma visita à comunidade, realizada por representantes da Secretaria Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde e deste Conselho, que não participou, mas verifica no processo que houve a visita da Secretaria e do Conselho de Saúde, entretanto não sabe responder porque o COMAD não participou. O Sr. Presidente registrou que não foi informado pois a SMS praticamente não se comunicava com o COMAD. Retomando a palavra a Coordenadora Dorian disse que isso não irá mais acontecer e que pretende estreitar a relação com este Conselho, entretanto faz-se necessário o parecer deste do COMAD neste processo para renovação de convênio. O Sr. Presidente, explicou que o Conselho só pode deliberar sobre a renovação do referido convênio diante da visita e do relatório de um de seus conselheiros, que diante da urgência apresentada fará máximo possível para providenciar a liberação de um veículo da Prefeitura e ir, pessoalmente, visitar a comunidade em Mairiporã. Em virtude do prazo para apreciação da renovação é necessário que seja deliberada a autorização para o vistoriador manifestar-se sobre a renovação sem a necessidade de apresentar a questão na próxima

A. G. O. **DECIDIDO E APROVADO: O Conselheiro que visitar a entidade poderá aprovar ou não a renovação do convênio entre a Comunidade Terapêutica Vitória e a Prefeitura Municipal de Santos, sem a necessidade de apreciação em A. G. O., devendo entretanto apresentar o relatório sobre a visita.** Por ser pertinente ao assunto a Colaboradora Luci pediu a palavra para solicitar a elaboração de um documento que contenha todas as informações necessárias para realizar o encaminhamento correto de um usuário de drogas que deseja tratamento, sendo que o mesmo deve ser distribuído pelo COMAD, CMDCA e SEGES. Alguns Conselheiros se manifestaram sobre a dificuldade em conseguir tratamento para um usuário e foi solicitada a ordem em suas falas. Retomando a palavra a Coordenadora Dorian disse que o projeto "Ruas da Cidadania", vem de encontro a essa necessidade de encaminhamento, não só daquele que deseja o tratamento e procura ajuda como também daquele que não chega às unidades de saúde e será abordado e convencido a ser tratar. Relatou todas as fases que projeto já passou e informou que o carro já foi comprado e atualmente a fase é de adaptação no veículo e capacitação da equipe. O Vice-Presidente, Sr. Evandro Tavares de Almeida pediu a palavra para destacar que quando é solicitada a ajuda de algum Conselheiro para providenciar a internação de um usuário de drogas, este Conselheiro precisa pedir a colaboração de entidades particulares não conveniadas com a Prefeitura ou simplesmente negar a solicitação, pois estranhamente a informação é de que as entidades conveniadas não têm vagas e não adianta a criação de novas políticas públicas sem solucionar este problema; que os números apontados por essas entidades nesses relatórios são contestáveis pois não existe um levantamento das estatísticas como quantos internos se recuperaram, quanto tempo ficaram na entidade, quais o resultados que foram obtidos, etc. Sugeriu que fosse feito um teste e um representante do COMAD e da SMS, fossem visitar as três casas conveniadas e verificassem quantos internos estão fazendo uso das vagas disponibilizadas através da Prefeitura. Inclusive não só pela sua vasta experiência, mas também por ser fato de conhecimento de todos os envolvidos com a causa das drogas, ele pode afirmar que hoje não existem mais de dez internos em todas as três casas. Destacou que não se preocupa em questionar se a Prefeitura paga por todas as trinta vagas disponibilizadas, pois se importa com a recuperação do usuário, com o ser humano que esta pedindo ajuda ou quando não esta é porque não tem consciência, deixando as questões econômicas para quem tem o dever de fiscalizá-las. Também fez questão de frisar que tem ciência que a Coordenadora Dorian acabou de tomar posse e provavelmente nunca terá poderes para corrigir essa situação. Para registrar a atual situação exemplificou o que acontece na entidade da qual é diretor, que disponibiliza trinta vagas e diante da demanda teve que formar uma parceria com outra entidade em Penápolis para duplicar a sua capacidade, contando hoje com sessenta vagas, todas preenchidas. Pergunta como uma entidade particular com todas as suas limitações pode disponibilizar o dobro de vagas que a Prefeitura do município de Santos, sendo que lá as sessenta vagas são reais. Muitos dos presentes se manifestaram a respeito da situação e foi solicitada a ordem em suas falas caso desejem que as mesmas constem na Ata. O Conselheiro João Inocêncio pediu a palavra para registrar que está acompanhando o processo de implementação do SENAT II e informou o seu n° 24.186/2011-28. O Conselheiro Wellington que havia pedido licença para utilizar um dos computadores e verificar a andamento atual do processo, retornou com a informação de seu último andamento: 21/07/11, às 16:56, no SEAP-OP, para verificações na planta do imóvel. O Colaborador Tenente PM Elizardo Matos Lyrio pediu a palavra para indagar se houve um estudo para constatar se a Prefeitura tem condições de disponibilizar as vagas que se farão necessárias com a atuação do projeto Consultórios de Rua, pois a PM constantemente relata o pedido de ajuda dos usuários e a falta de um local para acionar. Em reposta a Coordenadora Dorian confirmou que já verificou a necessidade de ampliar as vagas, mas independente dessa ampliação, o SENAT I já tem um local específico para atender ao "Consultório" e também existem parcerias com o Hospital Guilherme Álvaro, através do "PAI – Polo de Atendimento Integrado". O Sr. Presidente retomou a palavra para registrar que é de conhecimento de todos que a Coordenadora não é responsável pela atual situação; que todos sabem dos limites e deficiências do poder público; que é louvável a sua atitude de vir pessoalmente ao COMAD, devendo ser valorizada por todos e que isso demonstra que o Conselho, a partir de agora, contará com o apoio da SMS. A Colaboradora Luci pediu a palavra para registra o excelente trabalho realizado pela SEAS,

com o Projeto Fênix, que visa capacitar as pessoas atendidas para retornarem ao mercado de trabalho. Informou que o beneficiado recebe uma bolsa no valor de um salário mínimo e trabalha seis horas por dia na própria ONG de quem recebeu. O Conselheiro Antônio Longobardi pediu atenção especial para que as futuras vistorias nas entidades conveniadas sejam feitas em conjunto pelo três órgãos, na mesma oportunidade e que não ocorra mais essa situação do COMAD ser avisado próximo ao prazo de renovação. Após todas as manifestações, retomando a palavra a Coordenadora Dorian pediu atenção especial de todos os presentes para que diante da afirmação de que alguém procurou o SENAT e foi informado que não pode ser atendido por falta de vagas, procurem alguma foram de identificar essa ocorrência, através de alguma informação mais consistente como data, nome de que pretendia o atendimento, ou qualquer outra. Encerrou sua fala agradecendo a todos e colocando-se a disposição para o que for necessário. **Item 2.3 –** Passada a palavra ao Tenente PM Elizardo Matos Lyrio, o mesmo cumprimentou a todos e iniciando pelo assunto pertinente ao Boulevard Aparecida destacou que na reportagem havia a informação de que a PM, não se manifestou, o que não é verdade. Explicou que geralmente a imprensa liga para o Batalhão e quer uma resposta imediata, o que nem sempre é possível, haja vista a necessidade de se averiguar em toda a estrutura da PM, quais as ações pertinentes àquela indagação. No mérito do assunto informou que está praça é de propriedade do INSS, uma autarquia federal e o acesso a esta praça só fica aberto durante o expediente daquela repartição. Em virtude disto a PM fica restrita ao policiamento externo e só pode invadir o local quando constata alguma infração sendo cometida, o que é muito difícil de ocorrer, pois ao contrário do que todos pensam a PM só trabalha fardada e com os automóveis identificados, sempre com a orientação de deixar o a iluminação dos mesmos acesa, fato que alerta os infratores. Relatou que o Comandante daquela área, há algum tempo, esta estudando junto com o INSS, uma forma para solucionar a questão. Destacou que a PM faz um trabalho preventivo e não investigativo, que ela atua conforme as queixas dos cidadãos nos mais diversos setores e não só em relação às drogas, que diante de uma queixa de tráfico ou consumo de drogas, o procedimento é ir até o local e averiguar a ocorrência, entretanto caso nada seja constatado, ela volta a seus procedimentos de prevenção. Informou que as apreensões de drogas estão aumentando na região. A Conselheira Josefa Pereira, representante da Polícia Civil pediu a palavra para expor que gostaria relatar aos Conselheiros o trabalho de repressão que é feito pela sua entidade, entretanto ela não participa desta atuação e a pessoa mais indicada a prestar essas informações seria o Dr. Garrido, Delegado da DISE, informou que verificará a disponibilidade dele em estar presente na próxima Assembléia. O Presidente Eustázio sugeriu que caso ocorra a impossibilidade de seu comparecimento, ele passe algumas informações para a Conselheira Josefa repassar ao COMAD. Conselheiro Wellington pediu a palavra e em virtude de ser o Presidente do Conselho Municipal da Juventude, solicitou um debate naquele Conselho, junto com as autoridades policiais ali presentes e aos representantes do COMAD, para discutir a questão com a juventude que presenciam o consumo de drogas nas “baladas”, na orla da praia, etc, inclusive com uma reunião em conjunto com o COMAD, onde pode ser explicado por cada representante das duas Polícias o papel de cada uma delas. O Conselheiro Antônio Longobardi pediu a palavra para destacar que a imprensa tem interesse em vender jornal e sensacionaliza muito as questões da drogas. Retomando a palavra, o Tenente Elizardo passou tratar do assunto sobre a blitz “Beber e Dirigir”, informando que o número de operações está aumentando em todo o Estado, com mais de seis mil pontos; que houve um temor inicial, logo no início da vigência da lei, mas agora a situação já esta banalizada; que um grande problema enfrentado pela PM é o fato de que condutor do veículo não é obrigado a fazer o teste do bafômetro, nem o exame de sangue; que um resultado disso é a estatística de que no total de mais de quatro mil e oitocentos condutores averiguados, somente duzentos e sessenta e nove condutores aceitaram realizar o teste do bafômetro. Informou que no Estado do Rio de Janeiro a PM está interpretando a lei de outra forma e caso o condutor se recuse a realizar o teste do bafômetro ocorre a presunção da embriaguez, com a multa e recolhimento da CNH. O Tenente Elizardo encerra sua fala agradecendo a todos e reafirmando o ideal de cada vez mais intensificar este trabalho com as Blitzes. **Item 2.5 –** O Sr. Presidente solicitou a colaboração da Casa de Participação Comunitária para disponibilizar o recebimento do material do COMAD, que ainda se encontra no prédio do Banco do

Brasil. Agradeceu a presença dos representantes do grupo “Desafio Jovem” que neste momente solicitam a inclusão do email da entidade (desafiojovemdesantos@hotmail.com), no mailing deste Conselho, agradeceu também a presença do Sr. Fernando Pires, representante da UNIAD - Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, que também solicitou a inclusão do seu email (psicopires@hotmail.com) para receber as notícias do COMAD. A Colaboradora Luci pediu a palavra para avisar que no próximo dia 26, neste mesmo local, às 8:30 horas, será aberta a oportunidade para todos os interessados em apresentar trabalhos sobre a população de rua; no dia 28, às 9:00 horas acontecerá o Fórum Permanente, também para discussão dos assuntos pertinentes à população de rua e que é lamentável a ausência da Polícia Civil, Polícia Militar a Guarda Civil Municipal. O Conselheiro João Inocêncio pediu que todos prestem atenção no número do processo sobre a instalação do SENAT, que foi anteriormente informado (24.186/2011-28) e fiscalizem o andamento do mesmo, cobrando movimentação dos setores competentes. Nada mais tendo a ser tratado o Sr. Presidente encerra a Assembléia, às 12:35 horas., agradecendo a presença de todos e solicitando a mim, Anderson Ribeiro Agostinho, 1ª Secretário que lavre a presente ata.

ANDERSON RIBEIRO AGOSTINHO
Primeiro Secretário

EUSTÁZIO ALVES PEREIRA FILHO
Presidente